

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 176/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
176/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	VOLNEI DARINO POL	17/12/2025 14:25 (v 0.19)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	45/2025	23205.022254/2025-44

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Solução de firewall, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
LOTE/GRUPO 1: GRUPO 1					R\$ 394.420,00
1	4012001000015	SERVIÇO	5	R\$ 9.060,00	45.300,00
	RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO E SUPORTE DO FIREWALL PA-220				
	Renovação por Serviço: SN 012801143592; 012801143812; 012801143798; 012801144033 e 012801144041 Modelo: PA-220 Fabricante: Palo Alto Incluído: Threat prevention subscription Subscription Advanced URL Filtering Subscription, Renewal, Partner enabled premium support. Renovação por 12 (doze) meses CATMAT/CATSER:27740				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		5	R\$ 45.300,00	
2	4012001000013	SERVIÇO	1	R\$ 320.000,00	320.000,00
	RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO E SUPORTE DO FIREWALL PA-3410				
	Licença PA-3410 - Renovação por 12 meses do equipamento, incluindo os itens Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN); GlobalProtect subscription; Partner enabled premium support renewal e SD-WAN subscription. Renovação por 12 (doze) meses CATMAT/CATSER:27740				
	Quant. Int.				

	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		1	R\$ 320.000,00	
3	4012001000014	SERVIÇO	1	R\$ 29.120,00	29.120,00
	RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE <i>APPLIANCE</i> PANORAMA				
	Licença Panorama - Renovação por 12 meses do <i>appliance</i> panorama, incluído os itens: Partner enabled premium support renewal, Panorama 25 devices. Renovação por 12 (doze) meses CATMAT/CATSER:27740				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		1	R\$ 29.120,00	
Valor Total do Processo: R\$ 394.420,00					

Em consonância com o item 6.1 da Portaria Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, abaixo conta a lista de identificação dos itens do objeto:

Item	Qtd	Modelo	Part Number	Licença/Descrição	Licenciamento	Un.	Serial number
1	5	Palo Alto PA-220	PAN-PA-220-TP-R	Subscrição para o recurso Threat prevention na modalidade de renovação por 12 meses	Partner enabled premium support	ano	Realeza: 012801144041
	5		PAN-SVC-BKLN-220-R	Suporte para firewall Palo Alto PA-220 por 12 meses		ano	Cerro Largo : 012801143812
	5		PAN-PA-220-ADVURL-R	Subscrição para o recurso Advanced URL Filtering na modalidade de renovação por 12 meses		ano	Laranjeiras do Sul: 012801143798 Passo Fundo: 012801144033 Erechim: 012801143592
2	1	Palo Alto PA-3410	PAN-PA-3410-BND-CORESEC-R	Subscrição para o pacote de recursos Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN) na modalidade de renovação por 12 meses	Partner enabled premium support renewal	ano	Chapecó: 024101006839
	1		PAN-PA-3410-GP-R	Subscrição para o recurso GlobalProtect na modalidade de renovação por 12 meses		ano	
	1		PAN-SVC-BKLN-3410-R	Suporte para firewall Palo Alto PA-3410 por 12 meses		ano	
3	1	Palo Alto Panorama	PAN-SVC-BKLN-PRA-25-R	Suporte para o <i>appliance</i> - Panorama por 12 meses	Partner enabled premium support renewal	ano	Chapecó: 702033251

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado conforme item 16.1.7. do ETP.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se devido a necessidade de garantir a segurança da informação institucional através de solução de perímetro de rede firewall de borda, que inspecione e proteja proativamente o trânsito de informações entre a rede pública, também conhecida como internet, e a rede interna da UFFS, suas aplicações, sistemas e ativos de informação.

2.1.1 A necessidade decorre pelo fato de que o Ciclo de licenciamentos do Firewall se encerra em fevereiro de 2026, ter esses equipamentos renovados e com as funções de cibersegurança de perímetro de rede ativas com suas listas de definições atualizadas diariamente para novos ataques, fazendo assim o controle inteligente de tráfego em seu perímetro de borda da rede, ou seja, entre os dados internos e externos (internet), considerado uma função vital para proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados da UFFS, bem como para o funcionamento dos serviços de interconexão de redes entre os campi da UFFS (VPN site-to-site) e acesso remoto dos servidores em PGD, através da VPN site-to-client. Garantindo assim o pleno funcionamento dos serviços digitais da UFFS.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 16/01/2025;
- III) Identificador da Futura Contratação: 45/2025;

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2025 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025 da Universidade Federal da Fronteira Sul, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Funcionamento da UFFS

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025	
ID	Ação do PDTIC
NI007	Manter o gerenciamento centralizado da solução de segurança de rede (firewall)

2.6. Por não se tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação não será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo III deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na contratação de licenciamento, garantias e suporte de firewall que atenda de forma ampla às demandas institucionais de toda a UFFS, registradas no Plano Anual de Contratação (PAC), por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (sistema PGC) conforme tabela a seguir:

ID	Especificação Técnica	Quantidade
1	Renovação das licenças do Firewall PA-3410 para Data Center com licenças e garantias para 12 (doze) meses (renovável por mais 12 meses), incluindo os itens Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN); GlobalProtect subscription; Partner enabled premium support renewal e SD-WAN subscription. Serial Number: 024101006839	01
2	PANORAMA RENOVAÇÃO SUPORTE GARANTIA de 12 (doze) meses (renovável por mais 12 meses), incluído os itens: Partner enabled premium support renewal, Panorama 25 devices. Serial number: 000702033251	01
3	Renovação de licenças/garantia dos Firewalls PA 220 dos 05 campi da UFFS para 12 (doze meses) meses (renovável por mais 12 meses), incluído: Threat prevention subscription; Subscription Advanced URL Filtering; Subscription, Renewal, Partner enabled premium support Serial Number: PA 220 Realeza: 012801144041 PA 220 Cerro Largo : 012801143812 PA 220 Laranjeiras do Sul: 012801143798 PA 220 Passo Fundo: 012801144033 PA 220 Erechim: 012801143592	05

3.3. Em consonância com o item 6.1 da Portaria Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, abaixo conta a lista de identificação dos itens do objeto:

Item	Qtd	Modelo	Part Number	Licença/Descrição	Licenciamento	Un.	Serial number
1	5	Palo Alto PA-220	PAN-PA-220-TP-R	Subscrição para o recurso Threat prevention na modalidade de renovação por 12 meses	Partner enabled premium support	ano	Realeza: 012801144041
	5		PAN-SVC-BKLN-220-R	Suporte para firewall Palo Alto PA-220 por 12 meses		ano	Cerro Largo : 012801143812
	5		PAN-PA-220-ADVURL-R	Subscrição para o recurso Advanced URL Filtering na modalidade de renovação por 12 meses		ano	Laranjeiras do Sul: 012801143798 Passo Fundo: 012801144033 Erechim: 012801143592
2	1	Palo Alto PA-3410	PAN-PA-3410-BND-CORESEC-R	Subscrição para o pacote de recursos Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN) na modalidade de renovação por 12 meses	Partner enabled premium support renewal	ano	Chapecó: 024101006839
	1		PAN-PA-3410-GP-R	Subscrição para o recurso GlobalProtect na modalidade de renovação por 12 meses		ano	
	1		PAN-SVC-BKLN-3410-R	Suporte para firewall Palo Alto PA-3410 por 12 meses		ano	

3	1	Palo Alto Panorama	PAN-SVC-BKLN-PRA-25-R	Suporte para o <i>appliance</i> Panorama por 12 meses	Partner enabled premium support renewal	ano	Chapecó: 702033251
---	---	--------------------	-----------------------	---	---	-----	--------------------

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

Necessidades		Funcionalidades		Atores envolvidos	
Id	Descrição da Necessidade	Id	Descrição da funcionalidade	Id	Atores envolvidos
1	Renovação de licença, garantia e suporte de firewall PA 220 ou atualização tecnológica , Threat prevention e URL Filtering	2	Contrato de licença, garantia e suporte para firewall modelo PA 220 ou superior destinado à segurança de rede dos campi UFFS.	1	Equipe de planejamento
2	Renovação por 12 meses do equipamento: SN 024101006839. Modelo: PA-3410 Fabricante: Palo Alto Incluído: Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN); GlobalProtect subscription; Partner enabled premium support renewal e SD-WAN subscription	1	Contrato de licença de funcionalidades, garantia e suporte para firewall que atua no datacenter da UFFS	1	Equipe de planejamento
3	Licença e suporte do <i>appliance</i> - Panorama - para gerenciar até 25 dispositivos	3	Contrato de aquisição de licença, garantia e suporte do <i>appliance</i> - Panorama	1	Equipe de planejamento

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas e preventivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades. Maiores detalhamentos podem ser consultados no item 6.2. do Estudo Técnico Preliminar anexo III deste termo de referencia e no item abaixo.

4.4.1. Para a prestação de serviço de suporte técnico a empresa deve comprovar a aquisição do suporte junto ao fabricante do software pelo período estabelecido no contrato conforme preconiza o item 9.3 da **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023**.

Requisitos Temporais

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 dias corrido, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.8. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e sendo a Portaria vigente nº 3864/GR /UFFS/2025 e demais políticas e instruções normativas que versam sobre segurança da informação e proteção de dados pessoais e demais requisitos listados abaixo:

4.8.1. É obrigatória a assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência pela contratada e seus colaboradores para a prestação dos serviços.

4.8.2. É obrigatório ao prestador contratado ou seus representantes, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas a este, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas, conforme Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência.

4.8.3. A contratada fica proibida de compartilhar os dados da universidade ao qual tenha acesso com terceiros para qualquer fim.

4.8.4. A Contratada deverá garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e tratativas realizadas por meio do serviço desta contratação

4.8.5. No caso de retirada dos equipamentos para manutenção externa, a empresa deverá seguir estritamente o fluxo institucional cabível.

4.8.6. Deverá paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.8.7. A Contratada deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações legais, normas e legislação.

4.8.8. A Contratada deverá obedecer aos procedimentos operacionais adotados pelo Contratante, no tocante à segurança da informação.

4.8.9. Atender ainda aos seguintes requisitos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94 de 23 de dezembro de 2022.

4.8.9.1. Adotar todas as medidas cabíveis para evitar vazamento de dados e fraudes digitais, devendo a Contratada definir processos de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução;

4.8.9.2. Dar disponibilidade dos serviços contratados;

4.8.9.3. Possibilitar a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação;

4.8.9.4. Assegurar a continuidade do negócio implementando pela solução;

4.8.9.5. Realizar o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente estando sujeito a auditoria do SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação;

4.8.9.6. Assegurar a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada;

4.8.9.7. Adotar diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

4.8.9.8. A Contratada responsabilizar-se-á, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade do Contratante, inclusive com sua substituição.

4.8.9.9. As sanções administrativas a serem aplicadas pelo descumprimento de cada um dos requisitos de segurança da informação e de privacidade especificados, devidamente comprovado, são equivalentes às sanções impostas ao cometimento da infração administrativa descrita na alínea "a" do

subitem 9.3 da seção Sanções Administrativas, possibilitando a imediata aplicação da penalidade, podendo inclusive culminar na rescisão do Contrato Principal firmado entre as partes.

4.8.9.10. Neste caso, o Contratado estará sujeito, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.9. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.9.1. Os equipamentos devem estar em acordo com a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.9.2. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas no 05/2017/SEGES e no 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.9.3 Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que para efeitos de avaliação e aceitação do produto deverá ser fornecido certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO, sendo aceito ainda, a comprovação deste requisito por intermédio da certificação EPEAT ou declaração emitida pelo fabricante, desde que esta apresente explicitamente tal informação.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.10. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.11. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante, sendo compatíveis com os equipamentos já existentes no parque PA 3410 e PA 220, mesmo aqueles que não integram a rede de produção da UFFS, devem estar visíveis e disponíveis no Panorama da instituição, que terá seu licenciamento renovado.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.12. Não haverá projeto de implementação. Os equipamentos já estão funcionais e em operação, o que se busca através desta contratação são as renovações das licenças que garantem as funcionalidades e atualizações de segurança, bem como a extensão do contrato de garantia e suporte.

Requisitos de Implantação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.13.1. O fornecedor deverá garantir o envio das novas licenças para ativação. As licenças deverão começar a contar a partir da data da ativação delas no equipamento (caso a ativação ocorra após o vencimento) ou no dia subsequente ao vencimento das licenças antigas (caso elas sejam ativadas antes do vencimento), o que ocorrer de forma que efetivamente garanta 12 meses ou 1 ano (prorrogável por mais 12 meses ou 1 ano) de efetivo funcionamento das licenças.

Requisitos de Garantia e Manutenção:

4.14. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.15. Condições de Participação e Realização dos Serviços

- A solução deverá ser constituída dos equipamentos relacionados nos itens deste grupo (lote), sendo todos de um mesmo fabricante, garantindo a entrega e execução dos serviços por uma única empresa e a total compatibilidade entre eles;
- A escolha do agrupamento dos itens em grupo visa a plena qualificação da empresa fornecedora que prestará os serviços de fornecimento, bem como prestará os serviços de suporte durante a vigência do contrato de garantia dos equipamentos, a total compatibilidade entre os equipamentos solicitados, a redução de custos operacionais e de infraestrutura física, a capacidade técnica de manter a solução em operação, os recursos humanos disponíveis para prestarem o devido apoio, treinamento e curva de aprendizagem e o custo total de propriedade.

4.16. Garantia

- Os equipamentos fornecidos deverão estar cobertos por garantia do fabricante no Brasil pelo período especificado em cada item;
- A garantia deve incluir substituição de peças decorrente de vícios de projeto, fabricação, construção e montagem, pelo período especificado no termo de referência, a contar da data de aceite provisório dos equipamentos;
- Os softwares fornecidos deverão estar cobertos por garantia que oferece atualizações necessárias para a correção de vícios, pelo período especificado no termo de referência, a contar da data do aceite provisório dos softwares;
- A garantia deve incluir também envio de peças/equipamentos de reposição, que deverão ser entregues nos locais especificados neste termo de referência, ou na sua ausência, na sede da contratante, abrangendo-se todos os custos de deslocamento (envio e retorno) das peças

/equipamentos de substituição. Obrigatoriamente o envio de peças/equipamentos de reposição deve ser realizado pelo fabricante dos equipamentos, sendo este responsável pelo controle e logística de peças de reposição;

- Devem ser descritos, no momento da proposta, qual o tipo de garantia fornecida. Os equipamentos devem ter seus números seriais atrelados ao sistema de suporte do fabricante dos equipamentos com data específica de início e fim do suporte.

4.16.1. Atualizações

- A contratada deverá disponibilizar, na vigência do contrato, todas as atualizações dos softwares e firmwares dos equipamentos, concebidas em data posterior ao seu fornecimento, pelo período especificado no termo de referência, sem qualquer ônus adicional para o contratante;
- As atualizações incluídas devem ser do tipo “minor release” e “major release”, permitindo manter os equipamentos atualizados em sua última versão de software/firmware.

4.16.2. Atender ao item 6.1.2 da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

Requisitos de Experiência Profissional

4.17. Exigências Comerciais e de Qualificação do Fornecedor (Habilitação)

- Atestado de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, impresso em papel timbrado, com os dados do responsável pela informação atestada, comprovando que a licitante forneceu, instalou, configurou, realizou treinamento e prestou suporte técnico de solução Palo Alto Networks com as características solicitadas neste termo;
- Devido ao serviço crítico de implementação e suporte a empresa deverá comprovar que possui nível de parceria Palo Alto Networks nível Certified Professional Services Partner (CPSP):-

Requisitos de Formação da Equipe

4.18. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.19. A empresa deverá possuir, após a assinatura do contrato, pelo menos 2 (dois) profissionais com certificação técnica oficial do fabricante, compatível com o(s) objeto(s) deste processo, capaz de prestar o suporte em garantia e escalar o chamado ao fabricante conforme necessidade;

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.20. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.21. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.22. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **8** horas por dia e **5** dias por semana de maneira eletrônica e **8** horas por dia e **5** dias por semana por via telefônica.

4.23. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.24. A OS deve atender também as exigência do item 7.4.2.7. da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.25. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.26. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes a este contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente, nos termos da lei, a quem porventura causar perdas e danos à UFFS, garantidos os direito à ampla defesa e contraditório.

Vistoria

4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.28. Não se Aplica.

Sustentabilidade

4.29. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, não foram localizadas exigências de critérios de sustentabilidade, contudo, recomendamos que a Contratada, observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- 4.29.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- 4.29.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 4.29.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- 4.29.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- 4.29.5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 4.29.6. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- 4.29.7. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 4.29.8. Descartar corretamente seus resíduos de produção de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 2010.
- 4.29.9. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber;
- 4.29.10 Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.
- 4.29.11 Os critérios de sustentabilidade elencados não exauzem o rol de possibilidades de medidas e cuidados, que podem ser realizados para proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 4.29.12 A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Indicação de marcas ou modelos

4.30. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.30.1 Conforme dispõe o Art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021, existe a necessidade de indicar a marca/modelo ou partnumber associado à contratação de renovação de garantia para o Next-Generation Firewall(NGFW) existente no órgão. A escolha recai sobre a manutenção da homogeneidade na configuração, interoperabilidade e eficácia das funcionalidades específicas oferecidas pela marca/modelo em questão. A identificação precisa da solução contribui para garantir a continuidade do suporte técnico, a aplicação efetiva de atualizações de segurança específicas do produto e a adequada resolução de eventuais problemas, assegurando, a continuidade da solução e conformidade do suporte técnico correlato. Essa abordagem visa a preservação da integridade da infraestrutura existente, otimizando recursos e minimizando o risco de continuidade operacional.

Subcontratação

4.31. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.32. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.2.10. É vedada a contratada, conforme item 6.1.2. da **Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023** :

5.2.10.1. cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões relativa ao período em que o órgão ou entidade tenha ficado sem cobertura contratual;

5.2.10.2. cobrança de valores para reativação de serviços agregados;

5.2.10.3. Cobrança de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos, que devem ser corrigidos sem ônus à contratante, durante o prazo de validade técnica dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a contratante;

5.2.10.3. Exigir a contratação conjugada de serviços de suporte técnico e de atualização de versões, quando não houver a necessidade de ambos.

5.2.10. Devolver valores pagos antecipadamente referentes aos serviços não executados dentro do prazo contratual como preconizado no item 22.3. da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato;

6.1.2. Para tratativas referentes a entrega dos serviços pode ocorrer uma reunião inicial entre CONTRATANTE e a CONTRATADA afins de esclarecimento, instruções e encaminhamentos cabíveis.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Cerro Largo: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo - RS.
- Chapecó: Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, s/n, Chapecó - SC.
- Erechim: ERS 135, km 72, 200, Erechim - RS.
- Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158, km 405, Laranjeiras do Sul - PR.
- Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Passo Fundo - RS.
- Realeza: Rodovia PR 182, km 466, Realeza - PR.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários de execução dos serviços serão preferencialmente entre as 08:00 e as 12:00 horas e entre as 13:00 e as 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas: Os horários, a critério da UFFS, podem ser alterados (noturnos ou dias não úteis) caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento das atividades da instituição. Os serviços devem estar disponíveis por 24 horas ao dia, todos os dias da semana, durante toda a vigência do contrato.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1. Atender as exigências do objeto da solução e pré-requisitos para a assinatura do contrato conforme o exigido no item 9.3 da Portaria SGD /MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023:

6.5.2. Para a assinatura do contrato o prestador de serviço deve apresentar comprovação de que possui vínculo com fabricante.

6.5.3. Serão aceitas para fins de comprovação a apresentação de contrato vigente com o fabricante ou declaração formal emitida pelo mesmo.

6.5.4. Caso entenda ser necessário, o UFFS poderá solicitar diligências referente aos atestados e documentos, a fim de que a empresa demonstre quais os serviços que foram realizados. Para tanto, a empresa vencedora poderá apresentar o contrato de prestação de serviços ou outros documentos, demonstrando que os serviços foram executados e atendem ao exigido neste Termo de Referência.

6.5.5. A não apresentação da documentação constitui fator impeditivo para a contratação.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Anexo II e:

6.8.1. As exigência do item 7.4.2.7. da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.10. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXO I - Termo de Ciência e ANEXO V - Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto;

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1.. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;
- 7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 8.1.1. Aplica-se o indicador IAE ao objeto em consonância ao disposto no item 19.2.8. da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023:

IAE - Indicador de atraso na entrega	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos ou serviços constantes na Ordem de Serviço (OS).
Meta a Cumprir	IAE <= 0 (A meta visa garantir a entrega dos produtos ou serviços constantes nas OS dentro do prazo previsto).
Instrumento de medição	Medição do tempo
Forma de acompanhamento	Notificação formal ou via correio eletrônico
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo (%)	IAE = TEX - TEST Onde: IAE - Indicador de Atraso na Entrega; TEX - Tempo de Execução (período da data de início até a data de entrega dos serviços da OS); TEST - Tempo Estimado para a execução da OS.
Faixas de ajuste no pagamento/ Sanções	IAE <= 0: Pagamento integral da OS; IAE >= 1 e < 30: Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso; IAE >= 30: Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor da OS ou fração em atraso, acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS (limitado a 30% sobre o valor da OS), bem como multa de 2% sobre o valor do contrato.
Início da Vigência	A partir da emissão da OS.

- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período após a efetiva comprovação da implantação do serviço de garantia pleno licenciado junto ao fabricante do produtos e das atualizações recentes nos equipamentos e serviços.

8.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.20. Os procedimentos de teste, verificação e inspeção serão realizados conforme descrição estabelecida no Item 4 deste Termo de Referência e comprovando:

8.20.1. Se o software/serviço corresponde ao previsto;

8.20.2. Se o **software entregue está devidamente licenciado junto ao fabricante**;

8.20.3. Se foram fornecidos **registros de licença e acesso ao portal do fabricante** para administração das licenças;

8.20.4. Todas atualizações foram realizadas e aplicadas.

8.20.4.O suporte técnico foi prestado conforme previsto.

Liquidação

8.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.26.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

8.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/08/2025.

8.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à

regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.56. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (oito) horas úteis.	Multa de (0,3) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de (cinco) dias úteis.
		Após o limite de (30) dias úteis, aplicar-se-á multa de (0,5) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de atraso na entrega)	IAE <= 0: Pagamento integral da OS; IAE >= 1 e < 30: Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso; IAE >= 30: Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor da OS ou fração em atraso, acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS (limitado a 30% sobre o valor da OS), bem como multa de 2% sobre o valor do contrato
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de (0,5) % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a vinte% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação:

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.1.1 O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, Termo de declarações complementares da contratação, conforme modelo anexo do Edital.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, uma vez que se tem certeza da qualidade e especificação do objeto a ser adquirido e também certeza, previamente, dos quantitativos a serem adquiridos para a execução contratual.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. Não será exigida Qualificação Econômico-Financeira, conforme informações constantes no ETP.

Qualificação Técnica

10.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.23.1.1. Para fins de qualificação técnica, será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, em quantitativos mínimos de até 50% das parcelas de maior relevância do Grupo 1, conforme art. 67, §§1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

10.23.1.1.1. Será exigida a comprovação de fornecimento de suporte e garantia do fabricante e da subscrição das licenças de segurança contra ameaças para firewalls de próxima geração marca PALO ALTO, de 1 (uma) unidade do item 1 do grupo 1.

10.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.23.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.25. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.26. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.27. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.32.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.32.1. ata de fundação;

10.32.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.32.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.32.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.32.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.32.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 394.420,00 (Trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 26440 - UFFS;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040;
- IV) Elemento de Despesa: 339040;
- V) Plano Interno: MT008N3500N;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

Cronograma Físico Financeiro

13.2 O cumprimento do referido cronograma dependerá da respectiva liberação de recursos orçamentários no montante exigido sob pena de quebra do mesmo em partes menores que viabilizem seu cumprimento.

<div>Integrante</div> <div>Requisitante</div> <div>Geovano Lago Quatrin,</div> <div>Analista de Tecnologia da Informação</div> <div>1393164</div>	<div>Integrante</div> <div>Técnico</div> <div>Neimar Marcos Assmann,</div> <div>Analista de Tecnologia da Informação</div> <div>1944186</div>	<div>Integrante</div> <div>Administrativo</div> <div>Alex Sandro Fedrigo</div> <div>ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO</div> <div>2124433</div>
---	---	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div>SILVIA LUCIA BOROWICC</div>

Chapecó, 16 de dezembro de 2025.

Aprovo,

Autoridade Competente
<div><div></div><div>Edivandro Luiz Tecchio</div><div>Pró-reitoria de Administração e Infraestrutura</div><div>1822328</div></div>

14. ANEXOS

14.1 Integram este Termo de Referência, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Ciência e Concordância;

Anexo II: Modelo de Ordem de Serviço/Fornecimento;

Anexo III: ETP digital;

Anexo IV: Mapa de Riscos;

Anexo V: Termo de compromisso de manutenção do sigilo

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA PRANTE ASSMANN
Membro Integrante da Equipe de Planejamento

VOLNEI DARINO POL
Membro Integrante da Equipe de Planejamento

ALEX SANDRO FEDRIGO

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

NEIMAR MARCOS ASSMANN

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

JONES JEFERSON MUNERON

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

GEOVANO LAGO QUATRIN

Membro Integrante da Equipe de Planejamento

SILVIA LUCIA BOROWICC

Secretária Especial de Tecnologia e Informação / Autoridade Máxima de TIC

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1 - Termo de ciencia.pdf (84.16 KB)
- Anexo II - 2 - MODELO DE ORDEM SERVICO-FORNECIMENTO.pdf (438.63 KB)
- Anexo III - 5 - termo-de-compromisso-de-manutencao-do-sigilo.pdf (124.72 KB)
- Anexo IV - ETP_158517-000079-2025-51.pdf (291.34 KB)
- Anexo V - MR_158517-000073-2025.pdf (66.14 KB)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão/Entidade>.

< No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados>.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:	Serviço/material:
Contrato nº:	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço/Material	Unidade de Medi- da	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO	

LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO	
Endereço:	
Data de início:	Data de término:

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço/Fornecimento serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
_____ Responsável pela solicitação	_____ Responsável pela avaliação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Estudo Técnico Preliminar 79/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.020835/2025-41

2. Descrição da necessidade

2.1. Esse Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda: 235/2024, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, em consonância com o art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

2.2. O objeto do estudo é o **licenciamento, garantias e suporte de firewall** que atenda de forma ampla às demandas institucionais de toda a UFFS, registradas no Plano Anual de Contratação (PAC), por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (sistema PGC).

2.3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA

2.3.1. Necessidade Pública

2.3.1.1. **Garantir a segurança da informação institucional através de solução de perímetro de rede firewall de borda, que inspecione e proteja proativamente o trânsito de informações entre a rede pública, também conhecida como internet, e a rede interna da UFFS, suas aplicações, sistemas e ativos de informação.**

2.4. Motivação/Justificativa

2.4.1. O Ciclo de licenciamentos do Firewall se encerra em fevereiro de 2026, ter esses equipamentos renovados e com as funções de cibersegurança de perímetro de rede ativas com suas listas de definições atualizadas diariamente para novos ataques, fazendo assim o controle inteligente de tráfego em seu perímetro de borda da rede, ou seja, entre os dados internos e externos (internet), considerado uma função vital para proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados da UFFS, bem como para o funcionamento dos serviços de interconexão de redes entre os campi da UFFS (VPN site-to-site) e acesso remoto dos servidores em PGD, através da VPN site-to-client. Garantindo assim o pleno funcionamento dos serviços digitais da UFFS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Infraestrutura de TI	Jones Jeferson Muneron

4. Necessidades de Negócio

4.1. Identificação das necessidades de negócio

Necessidades		Funcionalidades		Atores envolvidos	
Id	Descrição da Necessidade	Id	Descrição da funcionalidade	Id	Atores envolvidos

1	Renovação por 12 meses do equipamento: SN 024101006839. Modelo: PA-3410 Fabricante: Palo Alto Incluído: Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN); GlobalProtect subscription; Partner enabled premium support renewal e SD-WAN subscription	1	Contrato de licença de funcionalidades, garantia e suporte para firewall que atua no datacenter da UFFS	1	Equipe de planejamento
2	Renovação de licença, garantia e suporte de firewall PA 220 ou atualização tecnológica , Threat prevention e URL Filtering	2	Contrato de licença, garantia e suporte para firewall modelo PA 220 ou superior destinado à segurança de rede dos campi UFFS.	1	Equipe de planejamento
3	Licença e suporte <i>de appliance</i> - Panorama - para gerenciar até 25 dispositivos	3	Contrato de aquisição de licença, garantia e suporte do <i>appliance Panorama</i>	1	Equipe de planejamento

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Identificação das necessidades tecnológicas

5.1.1. Equipamento PA 3410 - Contrato de licença, garantia, para Threat prevention e URL Filtering ou superior

5.1.1.1. Na eventual necessidade de substituição de peças, as mesmas deverão possuir características idênticas às defeituosas. Na impossibilidade de substituir por peças idênticas, mediante avaliação pela equipe de TI, as novas deverão ser superiores e compatíveis com o ambiente de infraestrutura da UFFS. Caso seja necessário atendimento local, os custos com transporte, hospedagem e outros custos operacionais ficarão a cargo da contratada, de acordo com o disposto na IN SGD/ME nº 94, de 2022.

Características técnicas:

- De acordo com o datasheet de Firewall Palo Alto PA 3410.
- Licença, Suporte e garantia de atualizações de acordo com SLA.
- O fornecimento das licenças, garantia e suporte devem estar de acordo com a IN SGD/ME nº 94, de 2022,.
- Garantia de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, com envio de peças /equipamentos de reposição em next business day;

5.1.2. Contrato de licença, garantia e suporte de firewall PA 220 ou atualização tecnológica, Threat prevention e URL Filtering:

5.1.2.1. Na eventual necessidade de substituição de peças, as mesmas deverão possuir características idênticas às defeituosas. Na impossibilidade de substituir por peças idênticas, mediante avaliação pela equipe de TI, as novas deverão ser superiores e compatíveis com o ambiente de infraestrutura da UFFS. Caso seja necessário atendimento local, os custos com transporte, hospedagem e outros custos operacionais ficarão a cargo da contratada, de acordo com o disposto na IN SGD/ME nº 94, de 2022.

Abaixo segue a configuração mínima necessária, de acordo com as necessidades atuais:

Igual ou superior ao PA 220

- Licença, Suporte e garantia de atualizações de acordo com SLA.
- O fornecimento das licenças, garantia e suporte devem estar de acordo com a IN SGD/ME nº 94, de 2022.
- Garantia de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, com envio de peças /equipamentos de reposição em next business day;

5.1.3. Renovação e licença, garantia e suporte do *appliance* - Panorama

5.1.3.1. Especificações mínimas:

- Deve prover gestão centralizada dos Módulos de Proteção de Rede, e ser necessariamente do mesmo fabricante;
- Deve permitir visualização de registros (logs) e dados de relatórios dos Módulos de Proteção de Rede do ambiente, de forma centralizada;
- Deve permitir criação de políticas de segurança compartilhadas;
- Deve suportar a gestão de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) Módulos de Proteção de Rede;
- Deve ser do tipo “Appliance Virtual”, solução de software baseada em máquina virtual (VM);
- Deve ser compatível com VMWare ESX(i);
- A comunicação entre o Módulo de Gestão Centralizada e os Módulos de Proteção de Rede deve ser criptografada;
- O gerenciamento deve permitir/Possuir
 - Criação e administração de políticas;
 - Administração de políticas de IPS, Anti-virus e Anti-Spyware;
 - Política de Filtro de Dados e Filtro de URLs;
 - Monitoração de logs;
 - Ferramentas de investigação de logs;
 - Deve possuir relatórios de utilização dos recursos
 - Prover uma visualização sumarizada de todas as aplicações, ameaças e URLs que passaram pela solução;
 - Deve possuir mecanismo Drill-Down para navegação nos relatórios RealTime;
 - Nas opções de Drill-Down ser possível identificar o usuário que fez determinado acesso independente do IP e local que o usuário esteja no momento do acesso;
 - Deve ser possível exportar os logs em formato CSV;
 - Deve ser possível capturar as URLs acessadas para todas as sessões HTTP;
 - Deve possibilitar a criação de diferentes perfis de administração separando pelo menos: Leitura, Alterações, Relatórios e Monitoração;
 - Deve ser possível, de forma granular, assinar permissões para os administradores criarem outros usuários, alterem configurações, ler configurações, etc;
 - Suportar validação de regras antes da sua aplicação no módulo de proteção;
 - Deve possibilitar a visualização e comparação de configurações atuais, configuração anterior e configurações antigas, possibilitando retornar a uma configuração previamente utilizada;
 - O gerenciamento centralizado deve permitir controle sobre todos os Firewalls em uma única console, com administração de privilégios ou funções;
 - O gerenciamento centralizado deve possibilitar a instalação como virtual appliance sobre VMware, fornecendo a flexibilidade para instalar-se em diferentes combinações de Hardware e sistemas operacionais;
 - Deve suportar autenticação de administradores usando base de dados local e Radius, Microsoft AD, Secure-ID, Kerberos ou LDAP;
 - Permitir geração de relatórios de atividades do usuário;
 - Permitir controle Global de Políticas;
 - Deve suportar organização em grupos de Firewalls: Os sistemas virtuais serão administrados como dispositivos individuais, os grupos podem ser geográficos, por Funcionalidade (por exemplo, como IPS), e distribuição;
 - Deve suportar objetos e políticas compartilhadas;
 - Deve possuir relatórios predefinidos e permitir relatórios projetados pelo usuário;
 - Deve permitir exportar todos os relatórios nos formatos CSV e PDF.
- Autenticação:
 - Para autenticação dos administradores da solução deve ser suportado;
 - LDAP
 - Radius;
 - Soluções Baseadas em Token (i.e. Secure-ID);
 - Kerberos
- Relatórios
 - Deve incluir a capacidade de proporcionar um resumo gráfico de aplicações utilizadas e ameaças encontradas diariamente;
 - Deve permitir o controle de transferência de dados não autorizados com ferramenta para realizar padrões definidos por usuário;
 - Deve contar com a funcionalidade para exportação de logs, captura de tráfego URL e ameaças;
 - Deve permitir a criação de relatórios personalizáveis;
 - Deve contar com ferramenta para criar filtros de monitoramento das sessões históricas no firewall seja por aplicação, ip origem e ip destino e usuário;
 - Deve ter a capacidade de gerar um relatório gráfico que permita visualizar as mudanças na utilização de aplicações na rede no que se refere a um período de tempo anterior, para permitir comparar os diferentes consumos realizados pelas aplicações no tempo presente com relação ao passado;

- Deve gerar relatórios com mapas geográficos gerados em tempo real para a visualização de origens e destinos do tráfego gerado na instituição; O equipamento deve proporcionar, no mínimo, os seguintes conjuntos de relatórios:
 - Utilização de largura de banda de entrada e saída por aplicação (TOP 10);
 - Número de Sessões por aplicação (TOP 10);
 - Comparativo semanal de aplicações utilizadas na rede que possam induzir Latência. (TOP 10);
 - Taxa de transferência (em bytes) por aplicação (TOP 10);
 - Origem e destino do tráfego por aplicação – Usuário (TOP 10);
 - Sessões e E-mail público;
 - Utilização de navegação;
 - Eventos / Ataques por: Origem, Categoria, Ameaça, Protocolo (TOP 10);
 - Nível de risco da rede;
 - Principais protocolos e aplicações que circulam pelo Firewall (TOP 25);
 - Principais endereços de IP destino por protocolo (TOP 25);
 - Os principais endereços IP para cada um dos protocolos e aplicações principais (TOP 50);
- O fornecimento das licenças, garantia e suporte devem estar de acordo com a IN 01 de 04 de abril de 2019;
- Garantia de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- A ferramenta de gerenciamento de segurança deve ser compatível com os firewalls já existentes na instituição, sendo eles:
 - Palo alto PA3410;
 - Palo alto PA220;

5.1.4. Configuração da solução:

5.1.4.1. Não será necessário tendo em vista que se trata apenas de renovação das licenças sem necessidade de configurações adicionais. Ambiente já se encontra configurado e em produção.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos de Capacitação

6.1.1 Atualmente o quadro de servidores lotados no DRT (Departamento de Redes e Telecomunicações) e DITI possuem conhecimento necessário para a utilização dos itens descritos na seção 1.2, ou seja, não é necessário a realização de capacitações para a utilização de tais itens.

6.2. Requisitos de Manutenção

6.2.1. Os requisitos de garantia e manutenção apresentados estão organizados e descritos de acordo com o tipo e finalidade identificados nas necessidades já elencadas neste documento.

6.2.2. PA 3410 - renovação das licenças, garantia e suporte de firewall:

6.2.2.1. Especificações:

A contratada ou fabricante deverá:

- Fornecer diagnósticos de problemas e suporte remoto;
- Fornecer atendimento telefônico direto por especialistas da área técnica;
- Fornecer suporte de hardware nas instalações do cliente com peças e mão de obra inclusas no contrato;
- Fornecer períodos de cobertura e tempos de resposta flexíveis, na modalidade 8x5;
- Realizar o atendimento pela própria Palo Alto ou por autorizada;
- Fornecer acesso a informações e serviços eletrônicos avançados de suporte que aumentam a produtividade do serviço, onde se possa obter informações sobre hardware e documentações, atualizações de firmware, abertura eletrônica e acompanhamento de chamados;
- Fornecer acesso a um sistema web onde é possível gerenciar os contratos de serviços de suporte com a Palo Alto, obter visualização dos equipamentos atualmente sob contrato com os devidos detalhes (modelo, nível de serviço e vigência);
- Atendimento na modalidade 8x5.

6.2.3. PA 220 - Contrato de renovação das licenças, garantia e suporte de firewall ou atualização tecnológica. Funcionalidades.

6.2.3.1. Especificações:

A contratada ou fabricante deverão:

- Fornecer diagnósticos de problemas e suporte remoto;
- Fornecer atendimento telefônico direto por especialistas da área técnica;
- Fornecer suporte de hardware nas instalações do cliente com peças e mão de obra inclusas no contrato;
- Fornecer períodos de cobertura e tempos de resposta flexíveis, na modalidade 8x5;

- Realizar o atendimento pela própria Palo Alto ou por autorizada;
- Fornecer acesso a informações e serviços eletrônicos avançados de suporte que aumentam a produtividade do serviço, onde se possa obter informações sobre hardware e documentações, atualizações de firmware, abertura eletrônica e acompanhamento de chamados;
- Fornecer acesso a um sistema web onde é possível gerenciar os contratos de serviços de suporte com a Palo Alto, obter visualização dos equipamentos atualmente sob contrato com os devidos detalhes (modelo, nível de serviço e vigência).

6.2.4. Contrato de aquisição da licença, garantia e suporte do *appliance* - PANORAMA:

6.2.4.1. Especificações:

A contratada ou fabricante deverão:

- Fornecer diagnósticos de problemas e suporte remoto;
- Fornecer atendimento telefônico direto por especialistas da área técnica;
- Fornecer períodos de cobertura e tempos de resposta flexíveis, na modalidade 8x5;
- Realizar o atendimento pela própria Palo Alto ou por autorizada;
- Fornecer acesso a informações e serviços eletrônicos avançados de suporte que aumentam a produtividade do serviço, onde se possa obter informações sobre hardware e documentações, atualizações de firmware, abertura eletrônica e acompanhamento de chamados;
- Fornecer acesso a um sistema web onde é possível gerenciar os contratos de serviços de suporte com a Palo Alto, obter visualização dos equipamentos atualmente sob contrato com os devidos detalhes (modelo, nível de serviço e vigência).

6.3. Requisitos temporais

Para renovação de licenças, onde não há troca de equipamento, a entrega deverá ser disponibilizada imediatamente após a assinatura do contrato, seguindo os padrões de entrega do fornecedor Palo Alto.

Para aquisição de novo equipamento e a respectiva configuração da solução o prazo de vigência deverá ser definido em reunião conjunta de implantação da solução.

6.4. Requisitos de Segurança e Privacidade

6.4.1. Segurança física: Atualmente a UFFS já dispõe de infraestrutura operacional nas unidades e respectiva segurança física.

6.4.2. Segurança da informação: Deve estar em conformidade com a política de segurança da informação e comunicação da UFFS (Portaria nº 3864/GR /UFFS/2025) vigente e demais políticas e instruções normativas que versam sobre segurança da informação e proteção de dados pessoais.

6.5. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

6.5.1. Os equipamentos devem estar em acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.5.2. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

6.5.3. Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que para efeitos de avaliação e aceitação do produto deverá ser fornecido certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO, sendo aceito ainda, a comprovação deste requisito por intermédio da certificação EPEAT ou declaração emitida pelo fabricante, desde que esta apresente explicitamente tal informação;

6.6. Requisitos de arquitetura tecnológica

6.6.1 Compatíveis com os equipamentos já existentes no parque PA 3410 e PA 220, mesmo aqueles que não integram a rede de produção da UFFS, devem estar visíveis e disponíveis no Panorama da instituição, que terá seu licenciamento renovado.

6.7. Requisitos de projeto e de implementação

6.7.1. Não haverá projeto de implementação. Os equipamentos já estão funcionais e em operação, o que se busca através desta contratação são as renovações das licenças que garantem as funcionalidades e atualizações de segurança, bem como a extensão do contrato de garantia e suporte.

6.8. Requisitos de implantação

6.8.1. O fornecedor deverá garantir o envio das novas licenças para ativação. As licenças deverão começar a contar a partir da data da ativação delas no equipamento (caso a ativação ocorra após o vencimento) ou no dia subsequente ao vencimento das licenças antigas (caso elas sejam ativadas antes do vencimento), o que ocorrer de forma que efetivamente garanta 12 meses ou 1 ano (prorrogável por mais 12 meses ou 1 ano) de efetivo funcionamento das licenças.

6.9. Requisitos de garantia e manutenção

6.9.1. Condições de Participação e Realização dos Serviços

- A solução deverá ser constituída dos equipamentos relacionados nos itens deste **grupo (lote)**, sendo todos de um mesmo fabricante, garantindo a entrega e execução dos serviços por uma única empresa e a total compatibilidade entre eles;
- A escolha do agrupamento dos itens em **grupo** visa a plena qualificação da empresa fornecedora que prestará os serviços de fornecimento, bem como prestará os serviços de suporte durante a vigência do contrato de garantia dos equipamentos, a total compatibilidade entre os equipamentos solicitados, a redução de custos operacionais e de infraestrutura física, a capacidade técnica de manter a solução em operação, os recursos humanos disponíveis para prestarem o devido apoio, treinamento e curva de aprendizagem e o custo total de propriedade.

6.9.2. Garantia

- Os equipamentos fornecidos deverão estar cobertos por garantia do fabricante no Brasil pelo período especificado em cada item;
- A garantia deve incluir substituição de peças decorrente de vícios de projeto, fabricação, construção e montagem, pelo período especificado no termo de referência, a contar da data de aceite provisório dos equipamentos;
- Os softwares fornecidos deverão estar cobertos por garantia que oferece atualizações necessárias para a correção de vícios, pelo período especificado no termo de referência, a contar da data do aceite provisório dos softwares;
- A garantia deve incluir também envio de peças/equipamentos de reposição, que deverão ser entregues nos locais especificados neste termo de referência, ou na sua ausência, na sede da contratante, abrangendo-se todos os custos de deslocamento (envio e retorno) das peças/equipamentos de substituição. Obrigatoriamente o envio de peças/equipamentos de reposição deve ser realizado pelo fabricante dos equipamentos, sendo este responsável pelo controle e logística de peças de reposição;
- Devem ser descritos, no momento da proposta, qual o tipo de garantia fornecida. Os equipamentos devem ter seus números seriais atrelados ao sistema de suporte do fabricante dos equipamentos com data específica de início e fim do suporte.

6.9.3. Atualizações

- A contratada deverá disponibilizar, na vigência do contrato, todas as atualizações dos softwares e *firmwares* dos equipamentos, concebidas em data posterior ao seu fornecimento, pelo período especificado no termo de referência, sem qualquer ônus adicional para o contratante;
- As atualizações incluídas devem ser do tipo “*minor release*” e “*major release*”, permitindo manter os equipamentos atualizados em sua última versão de software/firmware.

6.10. Requisitos de experiência profissional

6.10.1.Exigências Comerciais e de Qualificação do Fornecedor (Habilitação)

- Atestado de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, impresso em papel timbrado, com os dados do responsável pela informação atestada, comprovando que a licitante forneceu, instalou, configurou, realizou treinamento e prestou suporte técnico de solução Palo Alto Networks com as características solicitadas neste termo ;
- Devido ao serviço crítico de implementação e suporte a empresa deverá comprovar que possui nível de parceria Palo Alto Networks nível Certified Professional Services Partner (CPSP);

6.11. Requisitos de formação de equipe

6.11.1. A empresa deverá possuir, após a assinatura do contrato, pelo menos 2 (dois) profissionais com certificação técnica oficial do fabricante, compatível com o(s) objeto(s) deste processo, capaz de prestar o suporte em garantia e escalar o chamado ao fabricante conforme necessidade;

6.12. Requisitos de metodologia de trabalho

6.12.1.Não há.

6.13. Requisitos de entrega e de fornecimento

6.13.1. Para itens de software (licenças), estes devem ser fornecidos em até 10 dias

6.14. Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

6.14.1. Não se aplica, considerando-se o vulto e/ou complexidade da solução.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. Cenário Atual

Campus	Modelo	Identificação	Serial	Necessidade
Chapecó - SC	Panorama	Panorama	000702033251	Renovação

Chapecó - SC	PA-3410	FWL-CCO	001801057433	Renovação
Realeza - PR	PA- 220	FWL-RLZ	012801144041	Renovação
Laranjeiras do Sul - PR	PA- 220	FWL-LJS	012801143798	Renovação
Cerro Largo	PA- 220	FWL-CRR	012801143812	Renovação
Erechim - RS	PA- 220	FWL-ERE	012801143592	Renovação
Passo Fundo - RS	PA- 220	FWL-PAS	012801144033	Renovação

7.1.2. O presente estudo visa a manutenção da atual solução de firewall, pois a mesma tem se provado eficiente em conter as tentativas de ataque, bem como a gestão de ameaças, filtro e gerenciador entre a rede interna e externa.

7.1.3. Visando a utilização da solução em seu ciclo de vida completo, bem como a necessidade de ampliar a busca por outras tecnologias em futuras contratações, esta renovação deverá ser efetuada por dois anos (ou 1 + 1), tendo em vista o fim de vida dos equipamentos PA-220 em janeiro de 2028. Desta forma, garantimos a operação dos equipamentos PA-220 em toda sua extensão e do PA 3410 em cinco anos, permitindo que no próximo ciclo de contratação de firewall, seja possível abrir o estudo para outras tecnologias de NGFW, seja através de provas de conceito com outros fabricantes, adesão a compras centralizadas do Governo Federal, buscando o instrumento que ofereça maior vantajosidade para o órgão em termos de custos e entregas técnicas e tecnológicas. A renovação do parque, incluindo um novo projeto de implantação, configuração e deploy da solução em produção, seja através de refresh tecnológico do atual fabricante ou entrada de um novo, é a programação do órgão para o próximo ciclo (médio e longo prazo). Restando, no curto prazo, a extensão da solução vigente por mais dois anos.

8. Levantamento de soluções

8.1.Análise de soluções

8.1.1. Considerando a estimativa de demanda e os requisitos da solução descritos anteriormente, verificou-se as características mínimas para o atendimento das demandas institucionais como:

- 1) Manter a padronização da tecnologia existente;
- 2) Adquirir nova tecnologia de outros fabricantes; ou
- 3) Terceirização através de um SOC (Security Operations Center – Centro de Operações de Segurança) ou estrutura equivalente onde a função de firewall de borda é contratada como serviço.

8.1.2. Dessa forma, listam-se a seguir algumas soluções apresentadas como potenciais para um processo de contratação da solução;

8.1.3. Identificação das soluções

8.1.3.1. Solução I: Renovação da solução vigente

8.1.3.1.1. Renovação das licenças e garantias por 12 (doze) meses (renováveis por mais 12 meses). Renovação do Panorama.

ID	Especificação Técnica	
1	Renovação das licenças do Firewall PA-3410 para Data Center com licenças e garantias para 12 (doze) meses (renovável por mais 12 meses), incluindo os itens Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN); GlobalProtect subscription; Partner enabled premium support renewal e SD-WAN subscription. Serial Number: 024101006839	Quantidade 01

2	PANORAMA RENOVACAO SUPORTE GARANTIA de 12 (doze) meses (renovável por mais 12 meses), incluído os itens: Partner enabled premium support renewal, Panorama 25 devices. Serial number: 000702033251	Quantidade 01
3	Renovação de licenças/garantia dos Firewalls PA 220 dos 05 campi da UFFS para 12 (doze meses) meses (renovável por mais 12 meses), incluído: Threat prevention subscription; Subscription Advanced URL Filtering; Subscription, Renewal, Partner enabled premium support Serial Number: PA 220 Realeza: 012801144041 PA 220 Cerro Largo : 012801143812 PA 220 Laranjeiras do Sul: 012801143798 PA 220 Passo Fundo: 012801144033 PA 220 Erechim: 012801143592	Quantidade 05

8.1.3.2. Solução II: Aquisição de nova solução de segurança de rede

Solução II: CISCO ou Fortigate

ID	Nome da Solução	Descrição da Solução
1	Aquisição de Firewall para Data Center	Aquisição da solução da Cisco ou Fortigate, com um appliance que atendam as especificações igual ou superior (specsheet) do Palo Alto PA 3410, respectivas licenças de defesa de ameaças, filtragem de URLs, para 1 + 1 ano.
2	Aquisição de Firewall pra Campi Remoto	Aquisição da solução da Cisco ou Fortigate, com cinco appliances que atendam as especificações igual ou superior (specsheet) do Palo Alto PA 220, respectivas licenças de defesa de ameaças, filtragem de URLs, para 1 + 1 ano.
3	Aquisição de SW Gerenciador	Aquisição do software de gerenciador de firewalls da Cisco ou Fortigate que atendam as especificações igual ou superior (specsheet) do Palo Alto Panorama, para 1 + 1 ano.
4	Serviço de Projeto, Instalacao e Configuracao	Serviço de Projeto, Instalação e Configuração.
5	Treinamento	Treinamento FTD - Cisco Firepower Threat Defense FTD NGFW & NGIPS

8.1.3.3. Solução III:Terceirização da solução de segurança de rede

Solução III: Algar

ID	Nome da Solução	Descrição da Solução
1	Gerência e Controle de Uso Interna Firewall, incluindo app control, Web Filtering, VPN, antispam. Por três anos. (Utiliza Fortigate)	Terceirização da solução de segurança da rede, totalmente provida pelo fornecedor. A solução de firewall inclui, app control, Web Filtering, VPN, antispam e antivírus. Por três anos.

8.1.4.Cenarios

ID	Descrição da solução (ou cenário)
1	Solução I: Renovação da solução vigente

2	Solução II: Aquisição de nova solução de segurança de rede
3	Solução III: Terceirização da solução de segurança de Rede

9. Análise comparativa de soluções

9.1. ANÁLISE COMPARATIVA

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil?	Solução 1			X
	Solução 2			X

(quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 3			X
A solução é uma alternativa existente no mercado?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A solução exigirá adequação do ambiente do órgão?	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A solução pode ser segmentada em pacotes passíveis de ser executada por fornecedores distintos?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A solução é uma ampliação da solução implantada?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A solução é a substituição da solução implantada?	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A solução possibilita a absorção do legado da solução implantada? (Caso existe solução implantada)	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
A estimativa de preços da solução pode ser obtido de contratações de outros entes públicos?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		

A estimativa de preços da solução podem ser obtido no Painel de Preços?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A solução pertence ao catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas? Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
Aspecto econômico	Solução 1	X		
	Solução 2			
	Solução 3			
A possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
Os diferentes modelos de prestação do serviço	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
Cumprimento quanto às necessidades de Negócio e Tecnológicas	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		

9.2. Outro ponto relevante no comparativo de soluções é o último Gartner disponibilizado, onde a Palo Alto segue sendo a líder de mercado por anos consecutivos.

Figure 1: Magic Quadrant for Network Firewalls



Source: Gartner (November 2021)

9.3. ANÁLISE QUALITATIVA/ANÁLISE COMPARATIVA DE CENÁRIOS

9.3.1. Análise comparativa de cenários

Cenário		Solução I	Solução II	Solução III
Requisito				
Negócio	Suporte nbd	atende	atende	atende
	Líderes de mercado	atende	atende	atende
	Sem necessidade de projeto de implantação	atende	não atende	não atende

	Equipe local da UFFS qualificada na solução	atende	parcialmente	atende
Tecnológico	Aproveitamento do ciclo de vida completo da solução existente	atende	não atende	não atende
	Não necessita treinamento adicional em tecnologia	atende	não atende	atende
	Não impacta o usuário?	atende	não atende	atende
Resultado da análise		Atende em todos os quesitos	Não atende	Atende parcialmente

9.4. Análise SWOT das alternativas

9.4.1. Solução I - Atualização tecnológica e renovação da solução vigente

ANÁLISE SWOT	
Análise da solução em relação às outras soluções	Análise dos impactos da adoção da solução
Vantagens	Oportunidades
Já possui 9 anos no ambiente da UFFS com alto valor agregado de acoplamento e refinamento da solução com o ambiente da UFFS.	Aprimoramento e maturidade de features que foram implantadas recentemente (há 3 anos, contrato atual) como DNS Security e Wildfire, além da licença de Global Protect
Sem necessidade de projeto de implantação	Tornar o conhecimento na solução ainda mais completo
Nenhuma indisponibilidade para os usuários	
Testada e validada em ambiente de produção, tendo dados consolidados de resistência a ataques externos à infraestrutura da uffs	
Manutenção da qualidade já conhecida e aprovada pela equipe técnica	
Equipe altamente treinada na solução	
Desvantagens	Ameaças
Redução da concorrência (mitigado com o plano de médio e longo prazo no próximo ciclo de renovação)	Concorrência superar o fabricante e se tornar o líder de mercado
	Alta dependência de um único fornecedor (mitigado com o plano de médio e longo prazo no próximo ciclo de renovação)
	Possibilidade de custo mais alto em relação a outras soluções

9.4.2. Solução II - Aquisição de nova solução de segurança de rede

ANÁLISE SWOT	
Análise da solução em relação às outras soluções	Análise dos impactos da adoção da solução
Vantagens	Oportunidades
Novos paradigmas tecnológicos, logo novas oportunidades de aprendizado em arquiteturas diferentes	Vir a se tornar uma líder de mercado no futuro.
Equipamentos mais baratos	
Desvantagens	Ameaças
Maior tempo de projeto, de recursos materiais e humanos para chegar em um resultado igual ou potencialmente inferior.	Trocar o estado da arte em firewall por uma solução intermediária
Todos investimentos em equipamentos nos campi seriam perdidos e os mesmos ainda tem uma vida útil de mais de 2 anos. O equipamento de datacenter tem apenas 3 anos de operação e deve cumprir ao menos 5 para que seja bem aproveitado em seu ciclo de vida.	Má qualidade de implementação
Recomeçar do zero significa perder 9 anos de inteligência de políticas, regras, configurações e defesa de rede construída na interação da equipe da UFFS com a solução	Efetividade da solução
Necessidade de comprar treinamento formal na nova solução para toda a equipe	Não temos dados históricos sobre a confiabilidade do hardware para o acionamento de garantia, bem como se cumprem os prazos
Maior risco à segurança da rede, considerando a curva de aprendizado da ferramenta para otimização de seu uso	

9.4.3. Solução III: Terceirização da solução de segurança de rede

ANÁLISE SWOT	
Análise da solução em relação às outras soluções	Análise dos impactos da adoção da solução
Vantagens	Oportunidades
TI da UFFS pode se dedicar a outras atividades de planejamento	TI da UFFS pode criar novas soluções tecnológicas e de segurança com o tempo economizado em atividades de inspeção no firewall
Ter o parque sempre atualizado e com maior monitoramento humano	

Alto controle gerencial	
Desvantagens	Ameaças
Maior custo. Não há aproveitamento dos equipamentos em nosso inventário	Entregar para um terceiro todo o controle de tráfego da rede. Há estudos e exemplos práticos de incidentes com alta gravidade que indicam a fragilidade/ameaça que pode ser do ponto de vista da segurança da informação uma cadeia excessiva de terceiros com acesso a infraestrutura. O que perde todo o sentido de uma contratação que visa justamente fortalecer a segurança do ciberespaço e dados da UFFS.
Baixo controle técnico	Vazamento e acesso a dados de informações pelos funcionários da contratada.
Confiança na efetividade das ações diminui, já que depende de um terceiro.	Em caso de rompimento de contrato, o parque da UFFS encontraria-se defasado.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Solução II- Aquisição de nova solução de segurança de rede

10.1.1. Mesmo que a solução II ofereça melhor custo por item, a mesma envolve uma maior aquisição de equipamentos, tendo em vista que nada do parque atual seria aproveitado. Ou seja, os custos de projeto ficariam bem mais elevados, necessitando a contratação de mais horas de projeto e o resultado seria na melhor das hipóteses equivalente ao já implantado hoje. Seria necessário contratar horas de treinamento para a equipe UFFS também. Não há dados históricos sobre a efetividade em nosso parque, bem como acionamentos de suporte e garantia. Em razão da eficiência, eficácia e efetividade da contratação, podemos descartar a solução neste momento. No entanto, entende-se que é necessário criar um ponto de inflexão para avaliação de novas soluções e tecnologias, bem como oportunidades de negócio, como iniciativas do Governo Federal, como compras centralizadas que tendem a trazer preços mais competitivos por aumentar a quantidade de participantes e haver ganho em escala. Portanto, a UFFS possui um plano de curto, médio e longo prazo em sua jornada de segurança da informação. E para a solução de firewall, entende-se que esta maturidade atinge-se com a chegada do fim do suporte aos PAs 220 e 5 anos de utilização em produção do PA 3410.

10.2. Solução III- Terceirização solução de segurança de rede

10.2.1. Risco mapeado de vazamento de informações pelos funcionários da contratada. Envolve um alto grau de mudança de paradigma da gestão e dos técnicos. Ainda não desenvolvemos este tipo de cultura na SETI e entendemos que a gestão técnica de segurança da informação em nosso parque, sob a nossa guarda, é a confiável possível. Além do grau de confiabilidade que os terceiros não podem entregar se comparado aos servidores da casa, este tipo de solução envolve maiores custos, pois não se contrata apenas o uso dos equipamentos e software de terceiros, bem como seus recursos humanos. Desta forma, rejeitamos terceirizar a segurança de rede neste momento.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Estimativa de custos das soluções

11.1.1. A seguir é apresentada a estimativa de custo da Solução I. As cotações foram solicitadas para os fornecedores citados abaixo. Os valores estimados da solução são baseados nos dois orçamentos encaminhados pelos fornecedores conforme abaixo listado.

Fornecedor contatado	Status
2R Datatel	Sem resposta
Agility Networks Tecnologia LTDA	Sem resposta
Approach Tecnologia LTDA	Sem resposta
Compwire Informática Ltda	Sem resposta

Cyberone Tecnologia e Segurança	Sem resposta
Cylo Cybersecurity LTDA	Sem resposta
DFND Security	Sem resposta
F9C Security Ltda.	Sem resposta
Fast Help Informática	Sem resposta
Ganesh Technology	Sem resposta
ITOne Tecnologia da Informacao SA	Sem resposta
Kyndryl Brasil Servicos LTDA	Sem resposta
NetSecurity Tecnologia LTDA	Manifestou impossibilidade de encaminhar cotação
NTT Brasil Comércio e Serviços de Tecnologia LTDA.	Sem resposta
Securitybox Segurança em Tecnologia da Informação LTDA	Cotação encaminhada (BoxGroup Brasil Ltda)
Servix Informática	Sem resposta
T2Sec Tecnologia da Informacao LTDA	Sem resposta
Trust Control - Lanlink	Sem resposta
TDec Redes de Computadores	Sem resposta
World Wide Technology	Sem resposta
TechDec	Sem resposta
M8 Negócios	Sem resposta
Niva Tecnologia da Informação	Sem resposta
Teltec Solutions LTDA	Cotação encaminhada
Trust Control	Sem resposta

11.1.1.1 A lista de fornecedores e seus respectivos contatos foram obtidos na página do fabricante disponível em:

<https://paloaltonetworks.my.site.com/NextWavePartnerProgram/s/partnerlocator?c__pageDetails=ListView&c__key=t8MTToHiHgheQFIheo37V1BaVLNDln7EjTK5qpbFKAyjH1KwipAwc7vxTX%2BuQ97DB>

11.1.2. Sumário de itens da solução

Sumário de itens		
Item	Descrição	Detalhamento
1	Renovação do licenciamento e suporte do Firewall PA-3410	Licença PA-3410 - Renovação por 12 meses do equipamento, incluindo os itens Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN); GlobalProtect subscription; Partner enabled premium support renewal e SD-WAN subscription
2	Renovação do licenciamento e suporte do software de gerenciamento Panorama	Licença Panorama - Renovação por 12 meses do appliance, incluído os itens: Partner enabled premium support renewal, Panorama 25 devices.
3	Renovação do licenciamento e suporte do Firewall PA-220	Licença PA 220 - Renovação por 12 meses do equipamento Incluído: Threat prevention subscription; Subscription Advanced URL Filtering; Subscription, Renewal, Partner enabled premium support

11.1.3. Análise comparativa de custos

Análise comparativa de custos						
Item	Unid	QTD	Preço Unitário I Teltec Solutions Ltda CNPJ 04.892.991/0001-15	Preço Unitário II BoxGroup Brasil Ltda CNPJ 11.928.104/01-87	Valor Unitário (médio)	Valor total
1	1	Un	R\$ 320.000,00	R\$ 534.104,70	R\$ 427.052,35	R\$ 427.052,35
2	1	Un	R\$ 29.120,00	R\$ 43.231,44	R\$ 36.175,72	R\$ 36.175,72
3	5	Un	R\$ 9.060,00	R\$ 15.263,25	R\$ 12.161,63	R\$ 60.808,13
					TOTAL	R\$ 524.036,20

11.1.4. Cálculo dos custos totais de propriedade

Solução Viável 1
Descrição: Renovação do licenciamento e suporte da solução vigente
Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo
As propriedades das licenças vem para o período de 1 ano, renováveis por mais um ano, período equivalente para o suporte dos equipamentos. Sendo assim, o pagamento total deverá ser efetuado ainda no primeiro ano de contrato considerando a política de licenciamento do fabricante.

11.1.5. Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos			Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	
Atualização tecnológica e renovação da solução vigente	R\$ 524.036,20	R\$ -	R\$-	R\$ 524.036,20

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A solução escolhida será a de **Renovação do licenciamento e suporte da solução vigente.**

12.2. As licenças poderão ser recebidas pela UFFS por meio digital, enviada pelo CONTRATADO para o email do contratante dir.diti@uffs.edu.br. Se necessário, o CONTRATADO deverá fornecer apoio ao contratante para ativação das licenças no Portal de Serviço da Palo Alto ou qualquer outra etapa que for necessária para a ativação digital das licenças. Cabe notar que os equipamentos vencem em momentos diferentes tendo a seguinte configuração:

Equipamento	Serial Number	Vencimento das licenças
PANORAMA	000702033251	20.02.2026
PA 3410 Datacenter (Chapecó)	024101006839	06.02.2026
PA 220 Realeza	012801144041	30.03.2026
PA 220 Cerro Largo	012801143812	30.03.2026
PA 220 Laranjeiras do Sul	012801143798	06.03.2026
PA 220 Passo Fundo	012801144033	03.03.2026
PA 220 Erechim	012801143592	02.03.2026

12.2.1.Em consonância com o item 6.1 da Portaria Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, são listados a seguir a lista de identificação dos itens do objeto:

Item	Qtd	Modelo	Part Number	Licença/Descrição	Licenciamento	Un.	Serial number
1	5	Palo Alto PA-220	PAN-PA-220-TP-R	Subscrição para o recurso Threat prevention na modalidade de renovação por 12 meses	Partner enabled premium support	ano	Realeza: 012801144041
	5		PAN-SVC-BKLN-220-R	Suporte para firewall Palo Alto PA-220 por 12 meses		ano	Cerro Largo : 012801143812
	5		PAN-PA-220-ADVURL-R	Subscrição para o recurso Advanced URL Filtering na modalidade de renovação por 12 meses		ano	Laranjeiras do Sul: 012801143798
							Passo Fundo: 012801144033
							Erechim: 012801143592

2	1	Palo Alto PA-3410	PAN-PA-3410-BND-CORESEC-R	Subscrição para o pacote de recursos Precision AI Network Security Subscription Renewal Bundle (Advanced Threat Prevention, Advanced URL Filtering, Advanced Wildfire, Advanced DNS Security and Advanced SD-WAN) na modalidade de renovação por 12 meses	Partner enabled premium support renewal	ano	Chapecó: 024101006839
	1		PAN-PA-3410-GP-R	Subscrição para o recurso GlobalProtect na modalidade de renovação por 12 meses		ano	
	1		PAN-SVC-BKLN-3410-R	Suporte para firewall Palo Alto PA-3410 por 12 meses		ano	
3	1	Palo Alto Panorama	PAN-SVC-BKLN-PRA-25-R	Suporte para o <i>appliance</i> - Panorama por 12 meses	Partner enabled premium support renewal	ano	Chapecó: 702033251

12.3. As licenças devem começar a contar no dia imediatamente após este vencimento das licenças vigentes para cada equipamento ou no dia em que forem ativadas, caso exista algum atraso e ativação posterior ao dia de vencimento, garantido efetivo uso de 12 + 12 meses das novas licenças e garantias contratadas.

12.4. Após a conclusão das atividades previstas e o aceite formal por parte da UFFS, o processo poderá ser encaminhado para pagamento dos serviços de implantação, o que deverá ocorrer a partir de 06 de fevereiro de 2026, considerando que as licenças começam a vencer a partir dessa data, conforme demonstrado no quadro do item 12.2. Dessa forma, no exercício de 2025 não será necessária a alocação de recursos financeiros, uma vez que as licenças vinculadas ao Contrato nº 63/2022 permanecerão válidas até 06 de fevereiro de 2026.

12.5. O serviço de suporte e garantia PREMIUM SUPPORT deve seguir a mesma lógica e havendo necessidade de acionamento de suporte e garantia ao longo da vigência do presente contrato, em que haja necessidade de intervenção física ou troca de equipamentos, os mesmos devem ser providos nos seguintes endereços:

- Cerro Largo: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo - RS.
- Chapecó: Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, s/n, Chapecó - SC.
- Erechim: ERS 135, km 72, 200, Erechim - RS.
- Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158, km 405, Laranjeiras do Sul - PR.
- Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Passo Fundo - RS.
- Realeza: Rodovia PR 182, km 466, Realeza - PR.

12.6. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pela natureza, baixa complexidade e baixa diversidade de segmento de atuação no mercado do objeto

12.7. AMOSTRA DO OBJETO

12.7.1. Não será exigida amostra do objeto, uma vez que se referem a bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

12.8. PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIO

12.8.1. Pela natureza, baixa complexidade e baixa diversidade de segmento de atuação de negócios para realizar o fornecimento almejado, bem como por não haver impactos na aplicação ou restrição à competitividade, entende-se que não é permitido a atuação de empresas reunidas em consórcio para prestar o fornecimento do objeto.

12.9 Impactos Ambientais

12.9.1 A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

12.10 Alinhamento entre a contratação e o planejamento

12.10.1 A presente contratação está alinhada e prevista no Plano Anual de Contratações sob o Plano de Ação institucional SETI008, sob o número do DFD 235/2024 e projeto de compras 45/2025 - Serviço de telefonia móvel institucional.

12.9. DEMONSTRAÇÃO DE ECONOMICIDADE DE PAGAMENTO ÚNICO

12.9.1. O pagamento da solução será realizado em uma única vez é apresentado a memória de calculo da economia envolvida no pagamento único.

Item	Qtd	Modelo	Métrica	Baseado na menor cotação de custo anual		
				VL Unit.	VL Total (Mês)	VL Total (Ano)
1	5	Palo Alto PA-220	mês	R\$ 4.100,00	R\$ 20.500,00	R\$ 246.000,00
2	1	Palo Alto PA-3410	mês	R\$ 28.706,00	R\$ 28.706,00	R\$ 344.472,00
3	1	Palo Alto Panorama	mês	R\$ 2.633,00	R\$ 2.633,00	R\$ 31.596,00
Total Anual (meses)						R\$ 622.068,00
Total Anual (antecipado)						R\$ 394.420,00
Economia						R\$ 227.648,00
Percentual de economia						36,60%

12.9.1. Para o calculo foi considerado a cotação de menor valor fornecida no levantamento de preços e ficou demonstrado que a antecipação é 36,60% mais econômica.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 394.420,00

13.1. A estimativa de custos para a aquisição de equipamentos e acessórios para a solução de firewall para renovação de licenças e garantias, encontra-se na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Unid	QTD	Menor Valor	Valor total
1	1	Renovação do licenciamento e suporte do Firewall PA-3410	Un	1	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
	2	Renovação do licenciamento e suporte do software de gerenciamento Panorama	Un	1	R\$ 29.120,00	R\$ 29.120,00

	3	Renovação do licenciamento e suporte do Firewall PA-220	Un	5	R\$ 9.060,00	R\$ 45.300,00
TOTAL						R\$ 394.420,00

13.2 Para a presente contratação, procedeu-se à pesquisa de preços junto a vários fornecedores distintos, conforme apresentado na tabela do item 11.1.1, sendo que apenas dois fornecedores retornaram com proposta orçamentária. Observou-se certa diferença entre os valores cotados, assim, em observância ao princípio da economicidade e buscando a proposta mais vantajosa para a Administração, optou-se pela utilização do **MENOR valor** apresentado como base para a estimativa, uma vez que essa metodologia se mostra adequada, segura e compatível com o cenário de pesquisa realizado.

13.3 Tal escolha está alinhada ao disposto no art. 5º, inciso IV, e art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração a selecionar a proposta mais vantajosa e promover a utilização racional dos recursos públicos, garantindo eficiência, transparência e economicidade no processo licitatório.

13.4 No exercício de 2025, não será necessária a alocação de recursos financeiros, uma vez que há contrato vigente. A necessidade de recursos ocorrerá somente após a finalização do Contrato nº 63/2022, cuja vigência se encerra em 22/12/2025. Ressalta-se que as licenças vinculadas a esse contrato permanecem válidas até 06/02/2026. Assim, diante do exposto, para o objeto em questão será necessária a alocação de recursos no exercício de 2026.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Solução sem impacto para o usuário final, mantendo a disponibilidade de nossos serviços. Estado da arte no mercado de firewalls. Alto grau de conhecimento e estudos desenvolvidos ao longo de seis anos interagindo com a tecnologia.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. Melhor custo-benefício, onde parte do parque se mantém, tendo a necessidade de contratação apenas de licenças e garantias. Custo com projeto diminuído. Custo com treinamento igual a zero.

16. Declarações complementares

- 16.1. A equipe de planejamento designada pela PORTARIA No 2189/PROAD/UFFS/2025, DE 3 DE JULHO DE 2025, para planejar a solução de firewall que visa a contratação de solução de firewall institucional, projeto 45/2025, declara para os devidos fins que:
- 16.1.1. O objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022;
- 16.1.2. A contratação pretendida está alinhada à Estratégia de Governo Digital;
- 16.1.3. Foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP;
- 16.1.4. O Estudo Técnico Preliminar contempla todos os elementos compreendidos no art. 11 da IN SGD nº 94/2022;
- 16.1.5. Tendo em vista que o objeto contratual diz respeito ao objeto que visa Aquisição de solução de firewall institucional, foram observados os procedimentos de cumprimento do Anexo I da IN SGD nº 94/2022;
- 16.1.6. O objeto a ser contratado é comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021;
- 16.1.7. O objeto da contratação se caracteriza como serviço de natureza continuada;
- 16.1.8. O objeto da contratação não se caracteriza como serviço terceirizado;
- 16.1.9. O objeto da contratação, até a presente data, não é uma Solução de TIC com condições padronizadas (PMC-TIC) e também não faz parte do Catálogo Eletrônico de Padronização.
- 16.1.10. A solução escolhida neste Estudo Técnico Preliminar possui compatibilidade técnica, estética e/ou de desempenho com necessidade da instituição.
- 16.1.11. A presente contratação **não se enquadra** nos termos da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.
- 16.1.12. Para o planejamento desse Estudo técnico Preliminar **foram observados** os termos aplicáveis a fase da contratação atual, presente no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Soluções de TIC.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. Manutenção da segurança de borda de rede da UFFS. Melhorias das funcionalidades tecnológicas tornando a UFFS mais pronta para encarar novos desafios impostos na administração pública, alvo frequente de ataques maliciosos. Adaptação aos novos tempos e ao trabalho remoto.

18. Providências a serem adotadas

18.1. A contratação deve ser planejada e acompanhada pela equipe de planejamento nas fases de planejamento e seleção de fornecedores conforme o disposto na IN SGD/ME nº 1/2019.

18.2. O recebimento de bens ou serviços que compõem a solução deve ser realizada por integrantes da equipe de planejamento responsável, se adotada a nota de empenho ao invés de contrato, ou pela equipe de gestão contratual a ser nomeada pela área institucional competente.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

19.1. A renovação da solução vigente, através deste documento, se provou a mais viável para contratação tendo como base os seguintes conceitos:

- **Eficácia:** É a solução que menos impacta no ambiente, logo a mais pronta para ser fiel ao planejamento, com zero impacto aos usuários quanto a disponibilidade, integridade e autenticidade no uso da rede e dados da UFFS.
- **Eficiência:** É a única solução que aproveita os recursos físicos, materiais e de conhecimento existentes, mesmo que o custo por licença não seja o mais barato, quando se coloca na balança que estamos optando pela líder de mercado, o lugar onde as demais soluções pretendem chegar, sem necessidade de aquisição de equipamentos para o datacenter ou os campi, visando cumprir todo a extensão de suporte oferecido pelo fabricante e tendo em vista não ter existido NENHUM REGISTRO de defeito nestes equipamentos em decorrência dos dois últimos contratos, cumprindo um altíssimo SLA. Por fim, sem necessidade de aquisição de horas de projeto e/ou treinamento para a equipe interna, fica assegurada a economicidade da solução.
- **Efetividade:** Seguindo um planejamento de longo prazo onde os recursos seguem sendo aproveitados, com alta agregação tecnológica e baixo custo de implantação, maximização do ciclo de vida útil do equipamento.
- **Economicidade:** Pelas razões expressadas acima, com uma depreciação linear otimizada para cada equipamento, é a solução que agrega o melhor custo-benefício.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA PRANTE ASSMANN

Coordenadora de equipe de planejamento

VOLNEI DARINO POL

Coordenadora de equipe de planejamento

NEIMAR MARCOS ASSMANN

Integrante técnico (área TIC):

JONES JEFERSON MUNERON

Integrante requisitante (área TIC):

GEOVANO LAGO QUATRIN

Integrante requisitante (área TIC):

SILVIA LUCIA BOROWICC

Autoridade Máxima de TIC

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Matriz de Gerenciamento de Riscos 73/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
73/2025	VOLNEI DARINO POL	17/07/2025 17:02
Objeto da Matriz de Riscos		
Solução de firewall		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso no processo administrativo de contratação	Atraso na contratação	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Atraso na contratação e consequente defasagem das atualizações por falta de equipamentos para compor a solução					
2	Solução passa a não receber novas atualizações e não atuar em funcionalidades específicas, aumentando o risco de que vulnerabilidades e ameaças quebrem o perímetro da borda da rede, podendo comprometer um destes ou todos os itens: disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaboração dos documentos do processo licitatórios de contratação seguindo as normas vigentes, para evitar falhas na licitação			Responsáveis: ALEX SANDRO FEDRIGO, GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Evidenciar no Termo de Referência o prazo para início da prestação do serviço e entrega dos equipamentos			Responsáveis: ALEX SANDRO FEDRIGO, JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN, NEIMAR MARCOS ASSMANN		
P-03	Observar falhas de outros processos licitatórios com o mesmo objeto e evitá-las			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram o atraso no processo			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
C-02	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros para a contratação	Ausência de recursos orçamentários	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Indisponibilidade da solução a comunidade acadêmica					
Ações Preventivas						
P-01	Alinhar a solução com o planejamento institucional			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Na elaboração do planejamento da contratação fazer pesquisas de preços mais próxima, de forma a se adequar ao orçamento			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN, NEIMAR MARCOS ASSMANN		
Ações de Contingência						
C-01	Análise das discrepâncias nos preços praticados para chegar a um valor estimado exequível.			Responsáveis: NEIMAR MARCOS ASSMANN, GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
C-02	Revisar os itens descritos, os orçamentos recebidos e observar preços de outras licitações			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Falta de clareza pelo requisitante quanto às demandas a serem desenvolvidas e mantidas	Falta de clareza quanto às demandas	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Especificação inconsistente da solução				
	2	Aquisição de serviço inadequado para a demanda				
Ações Preventivas						
P-01	Participação da área requisitante na equipe de Planejamento da Contratação			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Realização de planejamento da contratação com base em outras contratações			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
Ações de Contingência						
C-01	Avaliar a adoção do modelo de aquisição de equipamentos e acessórios baseado em Registro de Preços			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON, ALEX SANDRO FEDRIGO		
C-02	Definir um cronograma de implantação da solução com o propósito de minimizar os impactos financeiros da aquisição			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros para a sustentação da solução	Ausência de recursos orçamentários	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Descontinuidade da solução				
	2	Obsolescimento do parque de equipamentos				
Ações Preventivas						
P-01	Alinhar a solução com o planejamento institucional			Responsável: JONES JEFERSON MUNERON		
P-02	Apresentar os custos preliminares de sustentação da solução durante a fase de elaboração do ETP			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN, NEIMAR MARCOS ASSMANN		
P-03	Fazer a alocação orçamentária anual no planejamento institucional para a sustentação da solução			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
Ações de Contingência						
C-01	Incluir os custos da sustentação da solução no planejamento financeiro institucional			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Vazamento e acesso a dados e informações pelos funcionários da contratada.	Vazamento e acesso a dados e informações.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Acesso indevido a informações institucionais				
Ações Preventivas						
P-01	Exigir assinatura de Termo de compromisso de manutenção do sigilo e Termo de Ciência			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicar as sanções previstas em contrato			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Dependência de fornecedor da tecnologia	Dependência de fornecedor da tecnologia	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Atraso em um processo de acionamento da garantia				
	2	Falha em série que gere necessidade de recall				
Ações Preventivas						
P-01	Validar a aquisição destes equipamentos em outros órgãos da APF			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
P-02	Garantia com entrega definida em contrato			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Ter no estoque equipamentos capazes de assumir o controle em caso de falha			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
C-02	Tomar medidas legais, previstas no Termo de Referência e nas cláusulas contratuais			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Fracasso da Licitação ou ocorrência de Licitação Deserta	Fracasso da Licitação ou ocorrência de Licitação Deserta	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso na contratação e consequente indisponibilidade de equipamentos para compor a solução.					
2	Indisponibilidade da solução para utilização dos equipamentos					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar especificação técnica detalhada dos equipamentos e acessórios, compatíveis com as encontradas no mercado			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, NEIMAR MARCOS ASSMANN		
P-02	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
P-03	Realizar levantamento de preços junto a empresas especializadas no ramo.			Responsáveis: JONES JEFERSON MUNERON, GEOVANO LAGO QUATRIN		
Ações de Contingência						
C-01	Revisar o Edital			Responsável: ALEX SANDRO FEDRIGO		
C-02	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório			Responsáveis: ALEX SANDRO FEDRIGO, GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Atraso na entrega das licenças e serviços	Atraso de entregas de licenças e serviços contratados	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Vulnerabilidade a ameaças externas, principalmente aquelas de zero day.				
2	Equipamento sem cobertura de garantia e suporte no período em atraso.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento dos prazos			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Notificação formal da empresa contratada para cumprimento do prazo de execução contratual			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Encerramento de chamados de forma prematura.	Falha no controle que permita que a contratada encerre chamados sem a efetiva finalização e de comprovação de cumprimento dos níveis de serviço, levando a prejuízo às atividades finalísticas do órgão ou entidade, com consequente prejuízo ao alcance dos resultados pretendidos com a contratação e dano ao erário.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Eventual prejuízo ao alcance dos resultados pretendidos com a contratação e dano ao erário.					
Ações Preventivas						
P-01	Controle de chamados aberto e acompanhamento continuado pela equipe de gestão contratual			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação de sanções cabíveis			Responsáveis: GEOVANO LAGO QUATRIN, JONES JEFERSON MUNERON		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< Este *template* considera as alterações da IN SGD/ME nº 1/2019 decorrentes da IN SGD/ME nº 31/2021>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

Pelo presente instrumento a **Universidade Federal da Fronteira Sul**, sediado em Av. Fernando Machado, 108 E, Centro, Chapecó, SC – Brasil, Caixa Postal 181 - CEP 89802-112, CNPJ nº 11.234.780/0001-50, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Chapecó/SC, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> Matrícula: xxxxxxxx

TESTEMUNHAS	
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> <Qualificação>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° 27/2025 - SETI (10.53)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/12/2025 07:38)

ALEX SANDRO FEDRIGO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCF (10.46.04.01.03.01)
Matrícula: ###244#3

(Assinado digitalmente em 18/12/2025 09:04)

EDIVANDRO LUIZ TECCHIO
PRO-REITOR - TITULAR
PROAD (10.46)
Matrícula: ###223#8

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 15:09)

GEOVANO LAGO QUATRIN
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
SSI (10.53.05.05)
Matrícula: ###931#4

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 14:42)

MARCIA PRANTE ASSMANN
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
SEPSATI (10.53.09)
Matrícula: ###119#5

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 18:25)

NEIMAR MARCOS ASSMANN
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
DRT (10.53.05.02)
Matrícula: ###441#6

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 18:13)

SILVIA LUCIA BOROWICC
SECRETARIO(A) - TITULAR
SETI (10.53)
Matrícula: ###403#0

(Assinado digitalmente em 17/12/2025 15:19)

VOLNEI DARINO POL
CHEFE - TITULAR
SEPSATI (10.53.09)
Matrícula: ###573#8

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 27
, ano: 2025, tipo: F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA, data de emissão: 17/12/2025 e o código de verificação:
805234c593